

**EFEITO DE VERDADE E SUBJETIVIDADE:
Contribuições de uma análise discursiva para a teologia¹**

** Daniel Jaccoud Ribeiro de Souza*

RESUMO

Partindo-se da compreensão de que a teologia é um campo de saber e, como tal, um eixo gerador de discursos, esse artigo buscou suscitar uma discussão acerca das consequências do efeito de verdade no discurso para a subjetividade humana, apontando para o potencial de construção subjetiva dos enunciados teológicos, especialmente em temáticas controversas. Esse trabalho está fundamentado na Análise do Discurso, sendo baseado nos estudos de Mikhail Bakhtin e Michel Foucault acerca da linguagem enquanto perspectiva discursiva. Analisou-se um discurso de caráter científico, presente em um periódico de circulação nacional, ligado à uma instituição socialmente reconhecida em território brasileiro. Os objetivos consistiram em verificar as condições de produção do discurso, bem como em analisar o processo de formação subjetiva decorrente do mesmo, utilizando-se para isso sustentação bibliográfica.

Palavras-chave: Análise do Discurso, subjetividade, efeito de verdade, evolucionismo, criacionismo, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin.

ABSTRACT

**The effect of truth and subjectivity:
Contributions of a discursive analysis to theology**

As theology is known as a field of knowledge and, as such, it brings a lot of debates, that article tried to provoke a controversy about consequences of the effect of truth in the discussion for the human subjectivity, pointing to the potential of subjective build in theological definitions, especially in controversial themes. This work is based in the Discourse analysis and on studies of Mikhail Bakhtin and Michel Foucault about the language as a discursive perspective. An analysis was done about a scientific article that has been published on a big brazilian journal that was linked to an institution socially recognized in the country mentioned above.

Key-words: Discourse analysis, subjectivity, effect of truth, evolutionism, creationism, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin.

¹ Publicado originalmente na Revista Via Teológica em 2007.

A teologia, enquanto campo gerador de conhecimento, produz discursos que operam a ligação entre o lingüístico e o extralingüístico. Mais do que simplesmente um conjunto ordenado de signos que simbolizam o conhecimento produzido, expressando o pensamento de um sujeito criador, o discurso é, ele mesmo, criador de saberes e, por sua necessária vinculação ao contexto sócio-cultural, implica na manifestação das formas ideológicas dominantes intervenientes na produção do conhecimento teológico.

Analisar a construção teológica sob a instância discursiva implica em assumir que a linguagem utilizada nesse âmbito “não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social”². Destarte, compreende-se que a atividade discursiva não é apenas reflexo dos saberes instituídos, mas é o próprio meio pelo qual eles são criados e afirmados. Longe de ser apenas uma manifestação humana com o objetivo de exprimir conteúdos particulares e internos ou de nomear e controlar a realidade objetiva externa, a linguagem é vista de forma mais abrangente, como um instrumento capaz de estruturar a própria subjetividade individual a partir das relações socialmente instauradas.

Bourdieu, focalizando a linguagem socialmente autorizada, afirma que “a eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito”³. Assim, esse teórico possibilita a reflexão sobre o lugar de onde o discurso emerge. A possibilidade de pronúncia não é assegurada a qualquer pessoa, mas apenas àquelas que estão autorizadas culturalmente a fazê-lo. O discurso teológico apenas terá validade se for amparado por uma institucionalidade que detenha culturalmente o direito de pronúncia-lo. Essa concepção é ampliada por Orlandi, que aponta para o mecanismo pelo qual a voz discursiva é diversas vezes incorporada no enunciador. Por meio das instituições envolvidas o indivíduo pode assumir o lugar de autoridade que lhe é concedido, validando desta forma suas palavras. “O sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar. Então, dadas certas condições, o representante passará a falar do lugar próprio.”⁴.

Seria, no entanto, um erro considerar que a preocupação com o lugar da linguagem na transmissão do conhecimento é recente. Agostinho, em sua obra *De Magistro*⁵, já havia proposto estudar a influência da simbologia nas relações de ensino e aprendizagem. Na atualidade, esse assunto ganha cada vez mais destaque, de modo que o presente artigo propõe realizar a análise discursiva de um tema polêmico nos meios científicos e religiosos, muitas vezes alvo das reflexões teológicas e, como tal, sendo produzido também pelas mesmas. Na medida em que o discurso já foi definido como atividade produtora do conhecimento, urge considerar os modos pelos quais a teologia lança mão do mesmo enquanto forma de comunicação e ensino, levando enfim à produção da subjetividade dos indivíduos envolvidos.

Por conseguinte, a principal perspectiva deste trabalho é a Análise do Discurso, que confere a possibilidade de estudar as manifestações discursivas por meio de suas relações com as condições de produção social e os efeitos psicológicos decorrentes. Para tanto, foram

* Graduando em Psicologia e em Direito pela UFPR, Mestrando em Psicologia pela UFPR.

² BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 11.

³ BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**: O que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 95.

⁴ ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: As formas do discurso. Editora Brasiliense, 1983. p. 228.

⁵ AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

fundamentais os pressupostos teóricos de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin. Embora esses pensadores apresentem concepções particulares, eles podem ser aproximados em virtude de um enfoque comum que possuem: a compreensão discursiva da linguagem.

Mikhail Bakhtin permite pensar a constituição subjetiva por meio de uma linguagem baseada em padrões dialógicos discursivos, e não sob o prisma estruturalista dominante. Ao invés de um desenvolvimento sistemático do indivíduo, proporcionado por palavras neutras e com significados sociais rigidamente estabelecidos, Bakhtin analisa a construção psíquica com a concepção de alteridade, materializada nos enunciados carregados de posições sócio-axiológicas.

Para esse autor, o indivíduo não nasce pronto, e nem contém dentro de si uma essência fixa que determine seu crescimento. A subjetividade individual é constituída socialmente, e é sempre complementada por meio do lugar que um ‘outro’ concede ao ‘eu’. É pela troca das visões e determinação das posições sociais que os indivíduos vão se constituindo. Essa dinâmica de alteridade é vista também no discurso, sob a forma de um diálogo entre os enunciados que estão em constante choque em uma arena de vozes múltiplas e conflitantes, mas sempre relacionadas. Para Bakhtin, é nesse confronto de vozes que a subjetividade é constituída.

Ao considerar o discurso dentro do campo lingüístico, Bakhtin possibilita observar a formação da subjetividade como conseqüência dos processos de efeito de sentido discursivo na comunicação humana. Uma vez que os enunciados não são neutros, mas estão sempre repletos de significações e valores sociais, que indicam posições, classes, grupos etc., os efeitos de sentido produzidos no âmbito do discurso tornam-se forças orientadoras no processo de construção subjetiva. “Todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um contexto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa: todas as palavras e formas são povoadas de intenções.”⁶

O outro fundamento desse trabalho está em Michel Foucault, que se afasta das noções anteriores e desenvolve uma outra forma de análise discursiva. Para esse teórico, o discurso não está restrito ao lingüístico, mas abrange todo o conjunto de práticas sociais, passando a ser entendido como a ação promovida no âmbito social. Sua maior contribuição para esse artigo está na possibilidade de analisar as formas de controle que a sociedade exerce sobre determinados discursos, buscando governá-los por meio de regras relacionadas ao saber e ao poder de uma determinada época.

Através de Foucault buscou-se verificar como as práticas sociais de interdição discursiva (tanto pela valorização de um enunciado quanto pela negação de outro) são determinantes na estruturação da subjetividade do ser humano.

Torna-se importante destacar que embora os postulados de Bakhtin e Foucault sejam amplamente diferentes, o presente artigo trabalha com a possibilidade de interação entre suas teorias, de modo que a análise textual seja a mais completa possível. Longe de uma mera junção de opostos, a aproximação entre as idéias de M. Bakhtin e M. Foucault é propiciada pela mútua compreensão discursiva que esses autores possuem da linguagem. Rompendo com paradigmas lingüísticos anteriores e vinculados ao estruturalismo, esses dois teóricos desenvolvem a análise do enunciado, não como mera frase gramatical, mas como uma unidade discursiva necessariamente interligada ao contexto extra-verbal, socialmente instaurado, criador de efeitos de sentido e produtor de subjetividades.

⁶ BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 100.

Na medida em que a compreensão dos mecanismos discursivos e da constituição subjetiva são importantes para a reflexão acerca dos postulados teológicos, propôs-se realizar a análise de um discurso científico, representante de uma voz ideológica socialmente afirmada, o qual foi divulgado em nível nacional. Situou-se o contexto de produção discursiva, de modo que a significação textual foi mostrada em sua relação com o extra-lingüístico social, capaz de atribuir efeitos de sentido tanto aos discursos quanto aos sujeitos falantes. A consequência desse processo está na estruturação subjetiva executada em decorrência da intervenção do meio social no indivíduo. Nesse contexto, as práticas discursivas ganham importância em virtude de seu papel vinculador entre a ideologia e a estruturação psíquica.

O DISCURSO

Foram analisados determinados trechos de um discurso de caráter científico, publicado em uma revista de periodicidade mensal e divulgação nacional, estando vinculada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O Instituto Ciência Hoje, órgão que publica o periódico, define-o como “responsável pelo projeto de divulgação científica da sociedade”, e afirma que “a revista **Ciência Hoje** oferece um panorama completo da produção intelectual e tecnológica das universidades, institutos e centros de pesquisa nacionais e dos avanços da ciência internacional. Com projeto gráfico moderno e linguagem didática, a publicação se dirige à comunidade acadêmica, aos professores e estudantes de ensino médio e à sociedade em geral.”⁷.

Selecionaram-se para análise três fragmentos diferentes dentro do mesmo artigo, os quais estão transcritos a seguir:

FI – Fundada na razão e na experimentação, a análise científica dos fenômenos naturais, inclusive biológicos, vem fornecendo incontestáveis evidências que contrariam visões de mundo baseadas em mitos, como as religiosas. A comprovada evolução da vida na Terra, por exemplo, é contestada pelo chamado criacionismo, que defende a veracidade da versão estática do mundo, pregada pela religião católica. A inclusão das teses criacionistas no currículo das escolas públicas, como vem ocorrendo no Brasil, viola o princípio constitucional da separação entre Estado e Igreja no país, é danosa à mente de jovens em formação e abre espaço para o fanatismo e a intolerância.⁸

FII – Usar dinheiro público para contratar professores de religião, porém, é claramente inconstitucional, e propagar doutrinas contrárias a conceitos científicos firmemente estabelecidos é danoso, especialmente para a mente de jovens em formação.⁹

FIII – A história do surgimento do homem – a partir da evolução gradual de um antigo ancestral, que também deu origem aos grandes macacos – está bem documentada por evidências científicas acumuladas desde que Darwin e Wallace ousaram defender uma versão diferente da registrada no texto bíblico. O confronto entre o conhecimento e o mito, porém, permanece vivo, como mostra o crescimento, inclusive no Brasil, do movimento criacionista. Os textos religiosos são belos em sua força simbólica e valiosos para a cultura, mas sua

⁷ INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. **Conheça o ICH**. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/view/386>> Acesso em: 24 abril 2007.

⁸ SALZANO, F. M. Mito, razão e ciência. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 215, maio 2005. p. 28.

⁹ *Ibid.*, p. 32.

interpretação dogmática representa um sério obstáculo à compreensão do mundo e, portanto, à própria compreensão da espécie humana.¹⁰

Para que o discurso possa ser satisfatoriamente analisado, é preciso compreender o contexto histórico onde está inserido, e quais são as condições específicas de produção que possibilitaram o advento do enunciado em questão. Uma das principais compreensões à qual se opõe o discurso em análise é a chamada ‘interpretação religiosa’. Ao contextualizar-se a publicação deste artigo (que ocorreu em maio de 2005), é possível verificar os acontecimentos sociais do período, os quais provocaram o advento do presente enunciado na medida em que efetuavam a função das condições de produção discursivas na historicidade dialógica exterior. Encontrava-se em vigor, nessa época, uma discussão social e acadêmica acerca da validade, legalidade, utilidade e possibilidade de implantação da lei governamental que obriga o ensino do criacionismo nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro¹¹. Frente a essa possibilidade e como resposta à mesma, o presente enunciado defende que o conhecimento religioso (e nesse grupo entra a explicação criacionista) possui algum valor cultural em decorrência de suas características simbólicas, mas não deve ser aplicado de forma exata e literal, pois isso implicaria em uma série de conseqüências tidas como negativas, tais como a dificuldade de compreensão do mundo e da espécie humana, a abertura de espaços para o desenvolvimento de padrões fanáticos e intolerantes, e até mesmo o risco de promover danos à mentalidade dos jovens estudantes nessas escolas. Desta forma, a principal voz social aqui representada manifesta um sólido apoio ao ensino exclusivamente científico nas escolas públicas, rejeitando uma outra postura sócio-axiológica anterior que afirmava a necessidade do ensino criacionista na rede pública de ensino.

Ora, na medida em que estão explicitadas as condições de produção discursiva, sendo visível (mesmo que superficialmente) a conjuntura social responsável pela atribuição dos efeitos de sentido ao discurso, cabe questionar-se de onde o mesmo vem. Ou seja, a partir de que lugar ele é enunciado?

O discurso em questão foi proferido por uma instituição designada como Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a qual foi fundada em 1948 com 265 sócios, tendo por objetivo unir o pensamento científico nacional com base nos moldes existentes em outros países, uma vez que a organização da Sociedade foi motivada pela chegada de cientistas europeus que vieram ao país com a tarefa de desenvolver as universidades brasileiras. A Sociedade define sua atuação como “voltada principalmente para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil.” A SBPC possui “a missão de defender a ciência e os cientistas brasileiros e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, tomando posição em questões de política científica e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendam aos reais interesses do país.”¹². Além das reuniões promovidas pela Sociedade, há diversas publicações periódicas que visam divulgar o pensamento da organização, tanto para os sócios quanto para o público em geral. Dentre essas publicações encontra-se a revista *Ciência Hoje*, que é editada pelo Instituto *Ciência Hoje*, o qual consiste em uma organização social de interesse público, filiada a SBPC, contando com o apoio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

¹⁰ *Id.*

¹¹ *Cf.*, GAZIR, A. Escolas do Rio vão ensinar criacionismo. **Folha Online**, São Paulo, 13 maio 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u11748.shtml>> Acesso em: 03 jun. 2007.

¹² SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **SBPC**. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/>> Acesso em: 05 jun. 2007.

(CBPF/CNPq), do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/CNPq) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A partir desses dados, conclui-se que a instituição em questão foi criada num momento histórico em que os estudos em base científica estavam sendo cada vez mais valorizados no país. Importante ressaltar que vários dos fundadores eram acadêmicos detentores de um saber socialmente aceito e apreciado. Acrescenta-se que a organização propõe divulgar e defender o saber científico, de modo que o país seja beneficiado com o progresso advindo do desenvolvimento tecnológico. Desse modo, a instituição converge sua função e a importância social daí advinda com um momento histórico adequado para sua criação, e assim ganha espaço desde o princípio como uma organização socialmente legitimada, chegando inclusive a obter apoio de universidades de destaque nacional, bem como de órgãos científicos ligados ao próprio governo federal.

Destaca-se que a importância de se compreender a instituição enunciadora ultrapassa a visão humanista de autoria discursiva. Não se propõe entender a vontade do escritor, seu intento quando da enunciação e nem o sentido original das palavras expressas. Numa perspectiva orientada pela análise discursiva, os sujeitos não falam o discurso, mas são falados nele e por ele. Desta forma, o importante não é verificar qual a opinião do escritor, mas sim qual é a posição sócio-axiológica que o mesmo ocupa quando está discursando. Nos fragmentos I e III é possível verificar como o enunciativo manifesta um posicionamento amplamente favorável aos estudos científicos como possibilidade de compreensão do mundo e do ser humano, ao mesmo tempo em que aponta as concepções religiosas como inconsistentes em comparação às primeiras. Indica também uma postura de laicização estatal, baseando-se na Constituição Federal para defender a separação entre as visões científicas e religiosas, especialmente no âmbito educacional, que deve restringir-se exclusivamente ao ensino da ciência para não incorrer no risco de prejudicar a formação subjetiva dos alunos.

O modo pelo qual essa posição socialmente vigente é transmitida também não depende da vontade do escritor. Ele se apropria de formas e padrões enunciativos já existentes. O discurso apresentado possui um caráter científico e foi veiculado de forma jornalística, por meio de uma mídia escrita, de alcance nacional e que se propõe acessível à alunos do Ensino Médio, bem como aos seus professores. É importante observar que a própria escolha dos padrões enunciativos utilizados já implica em um posicionamento social, visto que é por meio desses padrões que a comunicação efetivamente se dá.

A partir da formatação científica/jornalística do enunciado, pode-se verificar que embora a perspectiva religiosa esteja presente, a mesma é sempre tomada no sentido negativo, como contrária, na constante tentativa de suplantá-la por uma visão científica com maior embasamento e veracidade (por exemplo, ‘visões de mundo baseadas em mitos’ opondo-se à ‘incontestáveis evidências’ no fragmento I; ‘doutrinas contrárias’ e ‘conceitos científicos firmemente estabelecidos’ no fragmento II; ‘confronto entre conhecimento e mito’ no fragmento III).

Esse fenômeno discursivo concentrador e monopolizador faz com que as posições diferentes ao assunto principal sejam deslocadas para um lugar sem importância ou influência, de modo que não ameacem a concepção majoritária. Aqui essa voz social proeminente é representada pela ciência evolucionista, que se manifesta como sendo a única forma possível de se adquirir o conhecimento verdadeiro sobre a ‘compreensão do mundo e da espécie humana’ (FIII), em oposição a outros métodos que possam ser buscados, principalmente a religião. O confronto entre expressões como ‘conhecimento’ e ‘mito’ (FIII) faz com que a posição científica supere a religiosa, que apenas é convocada a surgir para ser rebaixada. Pode-se dizer que a concepção criacionista já nasce morta dentro de um discurso que busca

propagar essa perspectiva valorativa contrária ao ensino religioso nas escolas públicas, de modo que possa alcançar uma posição socialmente reconhecida de única detentora da verdade.

No entanto, seria um equívoco supor que as relações discursivas (reflexo dos contextos sociais e das condições de produção em cada período histórico) sempre foram dadas dessa forma. Para melhor situar as forças que agem na produção e manutenção do discurso, é preciso empreender uma análise histórica dos elementos enunciativos.

O discurso em questão possui uma ruptura muito clara e específica em sua historicidade. Trata-se do desenvolvimento dos trabalhos de Darwin e Wallace, em meados do século XIX, sobre o evolucionismo biológico, os quais modificaram as compreensões vigentes na época, promovendo uma alteração nos elementos discursivos. Se antes o conhecimento acerca do princípio da vida estava pautado no relato bíblico designado como religioso, a partir da propagação das idéias darwinistas, esse conhecimento socialmente aceito e tido como verdadeiro foi vinculado à investigação científica. As regras responsáveis pela formação do discurso propiciaram a emergência de um novo enunciado, que foi colocado na posição do anterior, o qual perdera seu lugar de poder e seu efeito de verdade e, conseqüentemente, não poderia mais estar ali. Embora o relato religioso ainda seja citado, já não possui o mesmo posicionamento e aceitação social; já não possui o status de verdade. Os ‘documentos que provam as evidências científicas acumuladas’ contrapõem-se aos ‘textos religiosos belos em sua forma simbólica’ (FIII), tanto quanto o ‘conhecimento’ é confrontado com o ‘mito’ (FIII) e as ‘incontestáveis evidências’ com as ‘visões religiosas’ (FI).

Na medida em que uma explicação religiosa não é suficiente para propiciar o conhecimento verídico (e mais do que insuficiente, ela é um empecilho, ‘um sério obstáculo à compreensão do mundo e, portanto, à própria compreensão da espécie humana’, fragmento III), a explicação científica se apresenta e se distingue como a única capaz de descobrir os conhecimentos ainda velados: ‘Fundada na razão e na experimentação, a análise científica dos fenômenos naturais, inclusive biológicos, vem fornecendo incontestáveis evidências que contrariam visões de mundo baseadas em mitos, como as religiosas. A comprovada evolução da vida na Terra, por exemplo, é contestada pelo chamado criacionismo, que defende a veracidade da versão estática do mundo, pregada pela religião católica.’ (Fragmento I).

Isso é especialmente visível no fragmento II, que aponta para uma necessidade de ensino padronizado e homogêneo na educação formal dos jovens brasileiros. Não se trata de propiciar a maior quantidade de informações disponíveis, para que os alunos façam suas escolhas. Pelo contrário, o objetivo é restringir os discursos para que apenas um deles seja ensinado: aquele que possui ‘conceitos científicos firmemente estabelecidos’. O risco que a sociedade corre ao permitir que outros discursos sejam vinculados como igualmente verdadeiros é o dano certo que o jovem ainda em formação sofrerá.

Enfim, observa-se como o sentido apresentado pelo discurso tem impacto em seus leitores. Este se apresenta como detentor de uma verdade única e inquestionável, promovida pela ciência e apoiada pela legislação. Opõe-se a uma posição religiosa marcada pelo criacionismo, mostrando que o mesmo não é suficientemente confiável para ser apresentado aos jovens estudantes como parte do currículo escolar, o que certamente geraria problemas para a formação subjetiva dos mesmos, e teria repercussões em toda a sociedade. Assim, esse discurso pode ser considerado como autoritário, visto que não abre espaço para outras vozes sociais que questionem sua noção interna de verdade.

Independentemente da veracidade do conteúdo (o que não se propõe investigar nesse trabalho), essa prática discursiva implica em um efeito de sentido em seus leitores. Na medida em que não há abertura para questionamentos ou discordâncias dentro do jogo de relações

enunciativas, o efeito de sentido a ser transmitido deverá ser também o de uma posição incontestável e livre de quaisquer erros. A noção de verdade que o discurso passa faz com que uma certa formação subjetiva seja produzida, levando a uma valoração social que ressalta o conhecimento científico em detrimento do conhecimento religioso. A construção da subjetividade pelos enunciados envolve necessariamente as posições sociais que estão cristalizadas nessas unidades discursivas, e manifestas pelos efeitos de sentido e de verdade interrelacionados no interior do discurso.

Na medida em que se verifica que o artigo foi publicado em uma revista de caráter científico, de circulação nacional e que se propõe a alcançar tanto professores quanto alunos das instituições de ensino brasileiras¹³, evidencia-se que a resposta esperada venha a corroborar com a principal voz sócio-axiológica desse enunciado, dando a ele força e abrangência social enquanto restringe o alcance da posição contrária representada pelo criacionismo, e isso não apenas por movimentos culturais exteriores, mas pela própria internalização discursiva à qual os indivíduos estão sujeitos no constante processo de formação subjetiva.

Após o desenvolvimento dessa análise discursiva, pretende-se discutir, sinteticamente, as teorias de Bakhtin e Foucault, bem como suas contribuições para o presente trabalho.

Segundo Bakhtin, todo enunciado é um elo na cadeia discursiva geral. Deste modo, as enunciações não estão soltas de forma independente e aleatória, e sim conectadas por um constante princípio de responsividade que propicia a compreensão necessariamente dialógica, permitindo deste modo a propagação de um efeito de sentido baseado no enunciado. Assim, o discurso é mais do que apenas um conglomerado de enunciados: é um diálogo entre as enunciações que o compõem. Cada um dos enunciados que surge em determinado momento histórico está inexoravelmente ligado a um enunciado anterior, e responde ao mesmo, seja corroborando-o ou contestando-o. É nessa dinâmica enunciativa que o discurso se forma, e por isso ele possui sempre a característica de ser dialógico. “O discurso nasce no diálogo como sua réplica viva, forma-se na mútua orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica.”¹⁴. Essa noção de dialogia presente nos postulados de Bakhtin auxilia na compreensão da dinâmica discursiva em seu meio cultural. Sua aparição não é um mero fruto do acaso. Pelo contrário, o enunciado ergue-se quando lhe é solicitado por um contexto anterior, de modo que seu surgimento já aponta para a responsividade inerente à vida da linguagem. Assim, o enunciado advém em resposta à um complexo jogo de elementos sócio-culturais específicos, localizados em um tempo e espaço determinados, que promovem e possibilitam sua ascensão, significando as expressões que serão proferidas.

No entanto, a responsividade discursiva possui um caráter contínuo, o que implica em considerar que, na mesma medida em que o presente enunciado foi uma resposta a uma fala passada, surgirão outras enunciações que se basearão na presente com o objetivo de responder à mesma. Assim, o enunciado não apenas responde, mas já traz em si mesmo o protótipo da resposta futura esperada. Segundo Bakhtin, todo discurso é orientado para a resposta. “Ao se constituir na atmosfera do já dito, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo.”¹⁵. É esse jogo dialógico enunciativo que

¹³ INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, *op. cit.*

¹⁴ BAKHTIN, *op. cit.*, p. 88,89.

¹⁵ BAKHTIN, *op. cit.*, p. 89

constitui a compreensão, visto que, na perspectiva bakhtiniana, a efetiva comunicação discursiva depende, necessariamente, de uma responsividade ativa. “A compreensão e a resposta estão fundidas dialeticamente e reciprocamente condicionadas, sendo impossível uma sem a outra.”¹⁶.

Essas noções de dialogia, responsividade e comunicação centralizam-se em um aspecto teórico de suma importância no pensamento desse filósofo. Trata-se da concepção da alteridade enquanto mecanismo de construção subjetiva. Numa perspectiva analítico-discursiva, de fundamentos materialistas, deve-se atentar para o fato de que o sujeito não é visto como um ser pronto e acabado, que já nasce com determinações que serão simplesmente desenvolvidas e aprimoradas durante o restante de seu desenvolvimento. Bakhtin deixa claro em sua teoria que não é o próprio indivíduo que se define, mas ele é compreendido, idealizado, rotulado, valorizado por um outro com quem possui relações sociais. É a alteridade, o olhar do outro sobre o si mesmo que permite um acabamento do sujeito. Acabamento sempre temporário, visto que a historicidade nunca está estagnada.

No contexto discursivo isso é colocado no interior da relação dialógica. É a resposta ativa que permite a compreensão do enunciado e o acabamento do mesmo, assim como essa enunciação anterior já pressupõe e orienta uma resposta, de modo a enquadrar as possibilidades comunicativas. É nesse jogo enunciativo que a subjetividade é formada a partir do discurso, visto que este já está voltado para uma determinada resposta que se espera dos leitores, posicionando-os no centro de uma intrincada esfera de valorização social onde algumas vozes são elevadas em detrimento de outras.

Nessa conjuntura, ressalta-se com Foucault a importância das instituições na estruturação das subjetividades, uma vez que as instituições sociais são os principais órgãos controladores dos enunciados e até mesmo dos sujeitos enunciadore¹⁷. Embora o sujeito seja um lugar vazio na concepção foucaultiana, esse lugar não pode ser ocupado por qualquer pessoa, mas apenas por aquelas autorizadas socialmente para tanto, sendo que essa autorização passa, invariavelmente, pelas instituições sociais. Desta forma, para entender o papel do enunciadore, não se deve realizar uma análise biográfica do mesmo, identificando sua liberdade criadora e possibilidade expressiva pela linguagem. Pelo contrário, deve-se buscar entender quais são as instituições às quais esse sujeito está submetido, por que ordens sociais o discurso se utiliza desse sujeito para ser falado. O indivíduo deixa de ser o dono da linguagem, que utiliza a mesma para simbolização do mundo exterior ou para expressão de sua realidade interna. Na Análise do Discurso com fundamento foucaultiano, o sujeito é um lugar vazio, que é ocupado pelos diversos discursos socialmente constituídos, o que leva à compreensão de que não é o indivíduo que se utiliza da linguagem, mas é a linguagem que se utiliza do indivíduo.

O autor dos fragmentos selecionados nesse trabalho possui graduação em História Natural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialização em Genética pela Universidade de São Paulo, especialização em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Genética) pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela University of Michigan - Ann Arbor, sendo atualmente livre docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tornase patente que a enunciação do discurso em questão, presente em uma revista científica ligada à SBPC, apenas pode ser proferida por um indivíduo autorizado a declarar esses enunciados. Trata-se, necessariamente, de um cientista que assim é definido em virtude das outras

¹⁶ BAKHTIN, *op. cit.*, p. 90

¹⁷ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

instituições pelas quais passou em sua formação acadêmica e profissional. Nessa visão, as instituições socialmente reconhecidas desempenham um papel especial, na medida em que estruturam e controlam as práticas discursivas e, conseqüentemente, a própria formação da subjetividade, visto que Foucault identifica a origem do poder ligado ao discurso como proveniente das próprias instituições.

Bakhtin também contribui para a compreensão do controle social sobre a enunciação, porém sob o viés dos chamados gêneros discursivos, que consistem em “tipos relativamente estáveis de enunciados”¹⁸ que apresentam uma diversidade infinita, uma vez que a atividade humana é multiforme e inesgotável. Mais do que simplesmente padrões de apresentação de palavras neutras, os gêneros carregam consigo uma valoração social, são formados em um contexto sócio-axiológico e possuem em seu interior essas características de origem. Desta forma, o próprio gênero discursivo já indica o lugar responsivo do enunciado na matriz dialógica exterior, e traz um posicionamento valorativo do falante em relação ao que é dito. Conseqüentemente, os gêneros ganham uma grande importância na comunicação humana e possuem, em relação ao enunciado, uma função semelhante à das regras lingüísticas para a língua. “Desse modo, ao falante não são dadas apenas as formas da língua nacional (a composição vocabular e a estrutura gramatical) obrigatórias para ele, mas também as formas de enunciado para ele obrigatórias, isto é, os gêneros do discurso”¹⁹.

Entretanto, os gêneros não são um agrupamento aleatório de padrões desorganizados. Bakhtin postula duas diferentes modalidades de gêneros discursivos, que se diferenciam em virtude de seu desenvolvimento, complexidade e aparecimento²⁰. São os gêneros primários (também chamados simples) e secundários (ou complexos). No presente caso, trata-se de um gênero secundário, o qual advém de condições culturais que apresentam um progresso de desenvolvimento e organização, com um convívio social baseado na linguagem escrita e vinculadora de saberes artísticos, científicos, literários, sóciopolíticos, dentre muitos outros. Em sua formação esses gêneros secundários se apropriam e modificam os diversos gêneros primários que estão pautados fundamentalmente na comunicação imediata e verbal do discurso.

Enfim, uma das características mais marcantes do discurso analisado é sua postura autoritária, sendo esse um fenômeno tão importante em uma perspectiva discursiva da linguagem que tanto Bakhtin quanto Foucault o abordam, com seus respectivos pontos de vista.

Bakhtin afirma que o discurso é um complexo dialógico entre diferentes enunciados que conversam entre si²¹. Na medida em que esses enunciados estão relacionados à diferentes vozes sociais, repletas de posições axiológicamente saturadas, ocorre constantemente uma instabilidade no interior do discurso, que deixa de ser um centro harmônico para tornar-se uma arena de vozes. A partir do momento em que as vozes sociais se confrontam, a possibilidade de conformidade discursiva torna-se mínima, dando abertura para uma série de oposições sociais cristalizadas que se chocam, criando um jogo de forças centrípetas e centrífugas no interior do discurso, onde a subjetividade é construída pelo princípio da alteridade.

No entanto, quando uma dessas vozes busca suplantar a outra, de modo a tornar-se a única real e existente no discurso, ocorre um fenômeno que Bakhtin identifica como a

¹⁸ BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 262

¹⁹ *Ibid.*, p. 285

²⁰ *Ibid.*

²¹ BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988.

linguagem única, que visa transformar o discurso dialógico em uma monologia. Porém, o teórico mostra que a existência de uma língua única apenas é possível se estiver restrita ao campo das regras lingüísticas, onde a natureza neutra das palavras pode obedecer a uma única regulamentação. O mesmo não se dá quando se tratam de enunciados sócio-axiológicamente posicionados e relacionados a diversos contextos sociais específicos e conflitantes. “A língua, enquanto meio vivo e concreto onde vive a consciência do artista da palavra, nunca é única. Ela é única somente como sistema gramatical abstrato de formas normativas, abstraída das percepções ideológicas concretas que a preenche e da contínua evolução histórica da linguagem viva.”²². Nesse ínterim, uma língua única não existe de fato, mas apenas como efeito de sentido, visto que o discurso é sempre dialógico e portanto responsivo, implicando necessariamente em uma arena de vozes.

No entanto, por diversas vezes é possível identificar no discurso esse efeito de sentido que aponta para a veracidade total e única da voz científica, sem qualquer oposição. “A categoria da linguagem única é uma expressão teórica dos processos históricos da unificação e da centralização lingüística, das forças centrípetas da língua. A língua única não é dada, mas, em essência, estabelecida em cada momento da sua vida, ela se opõe ao discurso diversificado.”²³. Assim, a língua única não representa apenas a tentativa de uma voz social dialógica erguer-se sobre as demais, mas já é uma manifestação sócio-axiológica do enunciado (indicando assim um valor social agregado), e aponta tanto para suas condições de produção quanto para as conseqüências de constituição subjetiva esperadas.

Foucault, por sua vez, parte de uma concepção de ruptura e dispersão, entendendo o discurso como um conjunto de enunciados que deixam de ser definidos pela continuidade e constância dos elementos internos a ele mesmo²⁴. O teórico mostra que não é possível traçar a identidade de um mesmo discurso permeado de diversos enunciados tomando por base um mesmo objeto, ou modalidade enunciativa, ou conceito, ou estratégia, uma vez que todos esses elementos vão sendo alterados no decorrer da história humana. Assim, o feixe que torna o discurso unificado é o conjunto de regras discursivas que define a mudança dos elementos internos ao enunciado. A esse conjunto de regras Foucault chama ‘Formação Discursiva’. A busca e descrição dessa Formação é a base da análise arqueológica desenvolvida pelo teórico. Entretanto, o autor vai mais além e mostra como essas regras, ao modificarem os elementos enunciativos, acabam regulamentando o aparecimento ou desaparecimento de determinados enunciados, que passam a serem vistos como verdadeiros ou falsos para determinada cultura sob aquela Formação Discursiva. A partir daí Foucault desenvolve um segundo método de análise (complementar ao primeiro) denominado Genealogia, onde a preocupação principal não reside mais na descrição dos discursos, mas no controle social sobre os mesmos, que é desenvolvido por meio dos mecanismos de exclusão, interdição e vontade de verdade²⁵.

Foucault defende a tese de que os discursos possuem um saber e, em decorrência disso, são vinculadores de poder para aqueles que os detêm. Por isso passa a ser importante o controle dos discursos, proibindo-os ou, pelo menos, desacreditando-os, como forma de manter a estruturação do poder social estável. “Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”²⁶.

²² *Ibid.*, p. 96.

²³ *Ibid.*, p. 81.

²⁴ FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

²⁵ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

²⁶ *Ibid.*, p.8,9.

O discurso não é meramente uma representação social, mas vai além, sendo principalmente um objeto de desejo pelo qual as forças humanas entram em confronto, nas mais diversas esferas, buscando sempre controlar o aparecimento dos enunciados. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”²⁷.

Para que efetivamente ocorra essa diferenciação entre a explicação científica e a religiosa (com a manutenção do efeito de verdade propiciado pela relação saber-poder), entram em cena os mecanismos de controle discursivo explicitados por Foucault. Enquanto a interdição e a exclusão trabalham no sentido de afastar um determinado enunciado do âmbito social, a vontade de verdade atua na busca cultural de um enunciado aceito como verdadeiro e inquestionável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a verificação da importância do discurso na solidificação da subjetividade dos leitores, bem como do papel do efeito de verdade na tentativa de restrição das vozes sócio-axiológicas, verifica-se a importância de que a teologia, enquanto campo do saber e produtora de enunciados, reflita sobre sua atividade discursiva e as conseqüências psicológicas da mesma.

Em se tratando do estudo das manifestações de Deus, entendemos que a teologia pode estar atenta aos enunciados que produz, tendo consciência dos impactos psíquicos decorrentes, ainda mais quando se propõe a discutir temas polêmicos como o que aqui foi enfocado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 11.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

²⁷ *Ibid.*, p. 10.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GAZIR, A. Escolas do Rio vão ensinar criacionismo. **Folha Online**, São Paulo, 13 maio 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u11748.shtml>> Acesso em: 03 jun. 2007

INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. **Conheça o ICH**. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/view/386>> Acesso em: 24 abril 2007.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: As formas do discurso. Editora Brasiliense, 1983.

SALZANO, F. M. Mito, razão e ciência. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 215, p. 28-32, maio 2005.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **SBPC**. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/>> Acesso em: 05 jun. 2007.